

A Herança Heráldica nos Sistemas de Identidade e Marcas Corporativas

The Heraldic Heritage in Identity Systems and Corporate Brands

CONSOLO, Cecilia; Doutora / ECA USP / Universidade de São Paulo
cecilia@consoloecardinali.com.br

Resumo

O uso de símbolos para a identidade de indivíduos e grupos é de origem remotíssima. A adoção de conjuntos de representações da realidade e de hábitos, por meio de uma síntese gráfica, estão na base de todas as culturas. A pesquisa recupera as origens dos sistemas de identidade a partir do momento que, não mais um símbolo, mas, sim, um sistema é organizado para a identificação de pessoas, propriedades e instituições. É traçado o percurso histórico, que desde a origem, comprova como ainda são presentes em muitos sistemas contemporâneos de marcas.

Palavras Chave: heráldica, sistemas de identidade e marcas corporativas.

Abstract

The origin of the use of symbols to IDENTIFY individuals and groups is quite remote. The incorporation of sets of representative images of reality and habits through a graphic synthesis is in the foundations of every culture. The research restores the identity systems origins starting from the moment when a system rather than a symbol is oriented to the identification of people, properties and institutions. The route is drawn from the origin, and it states how symbols still emerge in many contemporary brands systems.

Keywords: heraldry; identity systems and corporate trademarks.

Introdução

Este artigo apresenta uma parte dos resultados aferidos na tese de doutoramento que traça um resgate da gramática heráldica medieval e a relaciona com os métodos atuais para a construção e sistematização dos usos das marcas corporativas. A recuperação da estrutura básica que regeu o sistema de armas medievais é interessante pela análise e entendimento das marcas contemporâneas, que visualmente carregam ainda elementos e estruturas dessa origem. Essa análise também é significativa para nos propiciar o entendimento de como um sinal pode resistir a tantos séculos sem alteração e ainda poder ser “lido”. O interesse deste artigo é o entendimento da síntese gráfica no desenvolvimento dos escudos. Sua estrutura sintática, a sistematização de seu uso, além da contribuição para o desenvolvimento de um repertório semântico que permanece nas marcas corporativas, até hoje.

A Heráldica

A Heráldica é uma ciência auxiliar da história, tanto um código de determinado sistema social, como um sistema de sinais cujo princípio data do século XII, quando se adotou o uso de símbolos para a identificação da aristocracia hereditária, no sistema feudal da Idade Média Europeia.

A palavra heráldica deriva da palavra *heraldus* do latim medieval e significa “proclamador”, que designava o funcionário da corte responsável pelo anúncio de torneios, guerras e títulos honoráveis e principalmente, por conceber e designar os brasões. Em português, heráldica pode ser traduzida também como armaria, ou parassetomatografia, e também refere-se à arte de formar e descrever o brasão de armas.

Um brasão de armas é um conjunto de regras, repertório de figuras e um código cromático, acrescido de ornatos, dispostos no campo de um escudo, e/ou fora dele, os quais formam uma gramática que representam as armas de uma nação, país, estado, cidade, de um soberano, de uma família, de um indivíduo, de uma corporação ou associação (PASTOUREAU, 1996:43).

O signo central da heráldica era o escudo e deveria ser marcante o bastante para que a sua simples descrição pudesse diferenciá-lo de todos os outros. É importante destacar que o sistema de armas era relatado verbalmente pelos arautos, para depois serem “brasonados”, ou seja, definido os elementos simbólicos, suas cores e a composição no escudo. Os arautos anunciavam a descrição, a partir de parâmetros estabelecidos para o claro entendimento do escudo. A arma estaria efetivamente apta se sua descrição pudesse ser desenhada corretamente.

Teorias sobre as origens da heráldica

Emblemas proto-heráldicos podem ser identificados em selos de cera ou chumbo, em sinetes na Mesopotâmia e são encontrados entre os sumérios, e em diversas ornamentações, como na cerâmica da Grécia antiga, ou nas tumbas egípcias, por exemplo. Essas imagens se assemelham às usadas nas armas medievais, mas não constituem a origem da heráldica.

Vários fatores contribuíram com a formação do código que ocupou toda a Europa ocidental e se mantém até hoje na identificação, de países e territórios, órgãos de estados, instituições públicas e principalmente regendo o código de construção das bandeiras oficiais. Na Idade Média, no momento em que o território Europeu Ocidental começa a ser dividido e disputado entre os senhores de terras e a aristocracia hereditária do sistema feudal, fortalece-se e torna-se imprescindível a identificação de terras, propriedades e feudatários. A heráldica, da Europa medieval, nasce de uma ação coletiva, a partir de uma sociedade em reorganização política, empregando o uso organizado e codificado de símbolos para a identificação de suas posses ou de suas posições hereditárias na aristocracia, entre os anos 1120 e 1150 d.C. Durante os 500 anos subsequentes, os brasões de armas dominaram toda a hierarquia política e social, difundindo um código claro de comunicação visual.

Com a Revolução Francesa, o código dos brasões e a importância da heráldica como ciência, foram relegados, sendo associados pela maioria da população como uma cultura pertencente aos regimes monárquicos aos quais a população tentava se libertar. Nesse período o uso de signos feudais foi banido na França, seguido pela Inglaterra, por meio de um decreto de 19 de junho de 1790, proposto pelo Visconde Mathieu de Montmorency¹. Na França, após a instauração da república em 1792, novos conjuntos de símbolos foram empregados, principalmente usando elementos populares desvinculados da heráldica precedente, como por exemplo o galo, que tornou-se uma figura nacional, representando o anúncio de novos tempos. Porém, em 1808, Napoleão reabilitou o uso das armas e brasões na sua campanha para a conquista de um império, e, na sequência, passou a desejar sua própria identificação de nobreza imperial. Napoleão adotou a águia como signo do seu brasão, inspirado nos símbolos do Império Romano.

Os heraldistas do Império de Napoleão projetaram na época um sistema que identificaria com precisão a função de cada membro do seu exército. Esse sistema pouco durou, e em 1814, Louis XVIII pôs fim aos sonhos do primeiro Império e restaurou o antigo sistema heráldico, só que com regras menos rígidas. Desde esse momento, cada nobre ou instituição, pessoa física ou jurídica, estavam livres para adotar os símbolos de sua escolha e fantasia, a partir de uma só condição: não usar jamais os signos heráldicos de outros (PASTOUREAU, 1996:39). É nesse momento que se fixam as novas bases da heráldica, as quais permanecem em uso até hoje na Europa, e foram herdadas pela maioria dos países da Europa e das Américas, além de influenciarem a composição das bandeiras e os signos de armas da maioria dos países.

¹ Em 1696, a França de Louis XIV estava falida. Os assessores do rei elaboram um decreto, em novembro daquele ano, no qual exigia que todos os detentores de tropas, títulos de nobreza, nome de família e terras, registrassem seus brasões, tornando-os oficiais dentro da corte francesa. Com a desculpa de evitar que signos de identidade fossem copiados, a estratégia do decreto obrigava o pagamento de uma taxa no ato do registro. O *Armorial General de France* ou *Armorial Hozier* contém mais de 115 mil brasões de famílias classificadas por províncias e de 3 mil armas de cidades e comunidades. Inclui três conjuntos de manuscritos: dois conjuntos de textos que dão uma descrição das armas e as dimensões do *Armorial General* “francês. uma série de ilustrações: as classificações de cor e dos emblemas. Tal ação colaborou para reforçar a ligação da heráldica com os abusos da corte de Louis XIV. GERARD, Jean-Philippe, *Resource Directory* do departamento manuscrito genealógico e heráldico da *Bibliothèque Nationale de France*, Versailles: *Memória e Documentos*, 2003 –Richelieu Salle de referências [929,1 GER] Manuscritos ocidentais /8 ° PRINT 8836 dupla.

Durante muito tempo, três teorias foram defendidas por heraldistas do século XIX e início do século XX que hoje são refutadas pelos atuais especialistas (PASTOUREAU, 2008). Uma delas, apresentada por autores do século XVI, atestava que os primeiros brasões do século XII eram continuidade direta dos emblemas militares ou familiares utilizados na antiguidade greco-romana.

A segunda teoria, defendida por heraldistas alemães, atribuía uma influência das runas e insígnias bárbaras, e da simbologia germano-escandinava do primeiro milênio sobre a formação da heráldica feudal. E a terceira teoria, defendia uma origem oriental, baseada no contágio pelos ocidentais, com os costumes muçulmanos durante a primeira cruzada e as subsequentes. Nenhuma dessas teorias encontra respaldo nas pesquisas contemporâneas.

É comprovada a presença de símbolos com clara referência ao poder e à nobreza anteriores ao Império Romano. É possível o erro de interpretação pelo fato de Napoleão Bonaparte ter se apropriado de símbolos romanos na retomada dos usos dos brasões na França. Vários símbolos incorporados na heráldica Europeia eram ancestralmente usados na identificação de tribos e clãs. A heráldica medieval promoveu uma gramática na qual os símbolos são uma parte do sistema. Quanto à referência de sua origem nas cruzadas, também não encontra mais sustentação. Documentos atestam registro de jogos militares com combates entre cavaleiros em Estrasburgo no ano de 842; porém a primeira cruzada só ocorreu em 1097. Nesses combates os cavaleiros já eram identificados por escudos e cores na cobertura dos cavalos.

O sistema heráldico medieval europeu difere de todos os outros sistemas de emblemas civis e militares, anteriores e posteriores, devido ao seu conjunto de regras que estruturou uma gramática de linguagem visual onde todos poderiam “ler” o código. A sociedade feudal construiu um sistema de comunicação visual em conexão com a organização sociopolítica da época. Na Ásia, na África e nas Américas pré-colombianas, é possível encontrar signos visuais que se parecem muito com os **armoriais** ocidentais, mas sua estrutura e desenho são livres e não são codificados como no sistema medieval, eles não possuem uma regra permeada em toda a sociedade, e sim fazem parte de uma família ou de um clã. Somente no século XIX, é que esses continentes encorpam a estrutura e a codificação, originadas na heráldica da Idade Média, nos Brasões Nacionais contemporâneos de seus países.

Michel Pastoureau, (1947-) que desde 1983 ocupa a *Chaire d'histoire de la symbolique occidentale*, é diretor na Sorbonne na *École des Hautes Études Pratique*, na Paris IV, e também é vice-presidente da *Société française d'héraldique*, após 15 anos dedicados à pesquisa sobre os brasões, afirma que o Sistema heráldico está ligado, de uma parte, às profundas transformações de ordem social ocorridas na Europa feudal por volta do ano 1000 e, de outra parte, à evolução dos equipamentos militares entre o final do século XI e início do século XII (PASTOREAU, 1996; 2008).

A sociedade feudal era uma estrutura composta por inúmeras pequenas células, onde territórios eram demarcados por castelos e pertenciam aos senhores feudais, estes possuíam seus exércitos e quando necessário convocavam milícias. Disputas aconteciam a todo tempo na busca por conquistar mais territórios. A sucessão e o direito aos títulos de nobreza e de posse das terras eram atribuídos somente ao primogênito, o primeiro herdeiro na linhagem de sucessão que herdaria as terras e o título de nobreza, cabendo aos demais irmãos ocuparem um posto nas suas tropas ou assumir uma vida eclesiástica. A única chance de mudar a sina imposta pela sociedade eram os torneios. No século X os torneios de cavaleiros tornaram-se

jogos militares, nos quais as tensões de poder eram rivalizadas e favoreciam também a oportunidade de ascensão social aos não “titulados”, pela possibilidade atribuída aos vencedores da obtenção de título como prêmio e, conseqüentemente, ter a chance de pertencer a uma nova linhagem pelo matrimônio. Uma donzela da aristocracia era normalmente atribuída em matrimônio como recompensa ao vencedor de um torneio.

Os torneios eram a grande arena do jogo social, na qual a aristocracia podia ver e ser vista e tornaram-se parte da vida do cavaleiro. A evolução das técnicas de guerra e armamentos fez, o uniforme de combate e a armadura pouco a pouco evoluir para pesadas armaduras de ferro, com total cobertura do corpo e do rosto do cavaleiro, apagando a sua identificação. O sistema heráldico não só permitia um código visual que o identificava, como também carregava a simbologia sobre sua origem, posse e posição social. Cada cavaleiro adotava os símbolos de identificação e cores ao feudo a que pertenciam.

Os torneios aconteciam em arenas ao ar livre e eram vistos das arquibancadas. A cavalaria medieval era essencialmente uma cavalaria pesada, e seu papel era enfatizado como uma tropa de choque. Para os jogos, cada cavaleiro apresentava-se com armadura completa, lança, espada, escudo, cavalos, escudeiros e vassalos. Nos primeiros torneios, não havia uma ordem clara na sequência dos combates e os sangrentos duelos aconteciam simultaneamente tornando vital a identificação das equipes. E sem uma clara identificação do cavaleiro, irmãos poderiam estar usando os mesmos símbolos e cores de suas famílias e serem confundidos em uma revanche. É nesse momento que o escudo adquire papel central no sistema, ele passa a identificar não só a família mas também a ordem sucessória dos irmãos.

Contudo, alguns dos brasões de nobreza herdados por transmissão familiar eram muitas vezes reduzidos ao uso exclusivo dos escudos, que podiam também identificar uma propriedade, uma tropa ou uma elite de cavaleiros, bem como, mais tarde, até uma associação de trabalhadores vinculados a determinado patrono.

O escudo tornou-se o signo principal do sistema, no qual era aplicado o código de identificação e reconhecimento. Nele era possível estabelecer toda a linhagem da qual o cavaleiro descendia, se era o primogênito ou não, qual o seu grau na linha de sucessão ao poder, até ser atribuído marcas de honra e desonra. No século XIII os torneios particularmente sangrentos permitiam que representantes das melhores famílias da aristocracia caíssem mortos ou ficassem severamente feridos. Como a igreja necessitava de bons cavaleiros para as cruzadas, o Papa Felipe III excomungou os torneios, negando um sepultamento cristão para os mortos nesses combates.

A partir de então, os torneios passaram a se caracterizar mais como jogos. No torneio mundial realizado no Windsor Park em 1278 na Inglaterra, foram usadas espadas de pergaminho ou de pele de baleia, ossos de tartaruga e prata que não tinham o poder de perfurar ou cortar. Capacetes de pele cozida e escudos de madeira foram adotados para minimizar a violência do duelo. Em 1292, foram introduzidas regras mais seguras e foi elaborado o *Statutum Armorum*, códice que regia os torneios, nos quais uma das orientações era a proibição do uso de armas de corte. Cada cavaleiro poderia só ter três escudeiros, e era proibido ferir o cavalo do adversário; as lanças deveriam ser confeccionadas para quebrar com o impacto, e não era mais permitido lutar fora de sua vez, nem atingir o adversário no peito ou no rosto.

Os torneios saltaram da luta para um grande evento de performance teatral. Nas arenas lotadas para o grande evento social, os cavaleiros passaram a adotar tops, plumas e penas,

adornando o elmo para se destacarem. Toda a comitiva do cavaleiro adotava o mesmo sistema visual. Para os tops se adotava-se, quase sempre, um animal, figura mitológica ou planta nos quais todos da equipe estariam sob sua proteção. Aqui fica clara a referência cultural e afetiva com que lidavam com os símbolos.

A monarquia chamou para si a concessão do direito aos súditos de possuírem escudos e brasões, e um profissional real foi destacado para assumir esse controle, pois seria este o responsável pela sua concepção. Os Arautos² passaram a reger todo o sistema no qual cada cavaleiro estaria identificado. Eram os genuínos profissionais de armas e formavam o Colegiado de arautos, responsáveis por organizar os torneios, combates efetivos e até declarar as guerras. Eles esforçaram-se em transformar a prática de identificação dos brasões de armas em regras, e por registrar todos os escudos no Armorial, o grande livro das armas.

Na França, Louis VII (1120–1180) estabeleceu os deveres dos arautos, e, na Inglaterra, o rei Eduardo III (1312–1377) estabeleceu o código heráldico usado até hoje.

O sistema de brasões de armas que, a princípio, era utilizado somente pela nobreza e senhores feudais penetrou por todas as organizações sociais e políticas. No começo do século XII, o uso do sistema de signos estendeu-se aos não combatentes, aos membros do clero, aos burgueses, aos artesãos, às cidades e às guildas.

Os brasões que figuravam nas bandeiras dos exércitos medievais foram reproduzidos para a identificação dos soldados pertencentes a determinado feudatário. A adoção de signos heráldicos possibilitava aos indivíduos pertencer a um grupo, e cada grupo deveria estar inserido dentro do sistema social.

Porém, é importante destacar que, apesar de sua ligação com as estruturas militares e principalmente com os torneios de cavaleiros (jogos) e a evolução dos equipamentos de combate, também proliferaram nesse mesmo período, os nomes de família e de pertença. O aumento foi decorrente das alianças conjugais entre não herdeiros com mulheres de linhagens aristocráticas, ou por ascensão atribuída pela conquista de títulos. Mais tarde, no século XVIII, novos títulos foram atribuídos por mérito em batalhas, e passou a ser livre a escolha dos símbolos de identificação. E como qualquer indivíduo podia adotar seus signos de identidade, atributos iconográficos começaram a se multiplicar e novos signos foram elaborados a partir da recombinação de elementos simbólicos familiares ou extraídos da memória cultural. Dessa forma, é possível atestar que a presença de sinais de origem mais remota, como os de identificação, de fé, de famílias, de clãs e sinais vernaculares, que ao longo do tempo adquiriram uma carga simbólica, foram incorporados também na identificação de tropas e cooperativas de artesãos.

A instituição da heráldica difundiu-se geográfica e socialmente por toda a Europa, pela parte ocidental da Rússia, parte do Oriente Médio e norte da África, e foi acompanhada de uma proliferação de bens materiais. Paredes e tetos de igrejas estavam forrados de brasões,

² arauto: [Do francês: héraut <latim medieval: heraldu <frâncico: heriald, ‘funcionário do exército’>]

Nas monarquias da Idade Média, os oficiais que organizava os torneios, eram responsáveis pelo cerimonial, anunciavam lutas, os nomes dos participantes, anunciavam até a genealogia das famílias nobres. Como funcionário da corte fazia, as proclamações solenes, conferia títulos de nobreza, determinava a composição dos escudos, transmitia mensagens, anunciava a guerra e proclamava a paz.

conotando uma ordem social. Pouco a pouco os objetos do cotidiano, as roupas, os artefatos de arte foram sendo “heraldizados”.

O uso dos escudos passou a ter, além da função de identificação, e desígnio de hierarquias dentro de uma organização social, tanto de poder como de posse, acumulava também uma função “decorativa”.

É importante fazer a seguinte ressalva: dentro da cultura material da época, era comum atribuir símbolos heráldicos a personagens imaginários e mitológicos e a ilustres homens da antiguidade que jamais portaram um código de armas. Esse fato provocou leituras equivocadas na análise da iconografia produzida entre os séculos XIII e XVIII quanto a origem da heráldica. Era comum nas composições pictóricas da Idade Média atribuir-se símbolos heráldicos a Cristo e aos apóstolos, aos Imperadores romanos, à figura da Virgem Maria e até aos personagens fictícios de William Shakespeare.

Na Inglaterra e na Escócia, a heráldica ainda é massivamente presente nas cidades, não só aquelas transmitidas ao longo dos séculos, por meio dos numerosos monumentos, mas também nas criações mais recentes, que identificam instituições, órgãos municipais e governamentais, bancos, empresas, escolas e universidades, pubs, serviços etc.



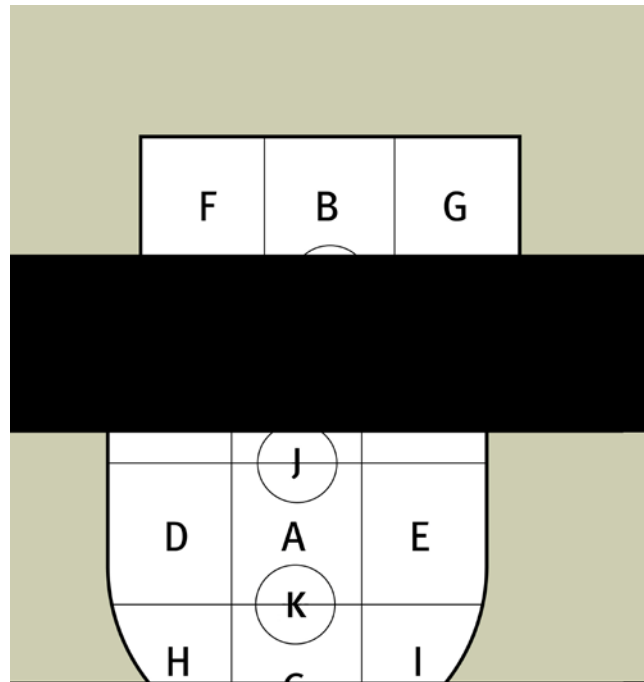
O Duque da Bretanha e Bourbon, em duelo de torneio entre 1440-1450, pintado pelo Rei René d' Anjou, extraído do Livre des Tournois, França, século XV.

O aparato do cavaleiro é em si mesmo um conjunto de identidade. Tanto o cavaleiro como o cavalo e demais acessórios eram regidos pela mesma composição gráfica.

As regras – Como eram feitas as composições e quais eram as regras

Conhecendo a estrutura básica de um escudo, seus campos de intervenções e as regras é possível entender a gramática que foi articulada pelos arautos. O escudo clássico continha um esqueleto composto de nove partes e dois pontos estratégicos, sobre os quais se apoiava toda a codificação e

as estruturas de divisões e repartições, que, combinadas com as cores e figuras, possibilitavam um sem número de composições diferentes.



Pontos de designação e as divisões do escudo.

Para as composições dos escudos a gramática fornecia elementos que poderiam ser combinados. A princípio um escudo poderia ser dividido em partes, essa divisão era uma escolha relativa à sua descendência ou laços matrimoniais. As partições que um escudo poderia ter eram fixas, e isso já determinava semelhanças entre famílias e origens do seu proprietário. As partições só poderiam acontecer conforme indicado na figura, os pontos da J e K recebiam um nome e eram reservados para conteúdos específicos e conforme a posição social do brasonado.

Como o escudo era verbalmente descrito havia um vocabulário específico definido pelos arautos que se mantém até hoje. Para cada tipo de divisão, linha, posições de objeto no campo do escudo, e quaisquer outras figuras, para cada item havia um nome preciso para sua exata descrição.

Essas denominações fogem do teor desta pesquisa e certamente demandam um estudo específico nessa direção. Para este trabalho foram isolados as estrutura básicas da gramática da heráldica cujo reflexo se apresenta nos sistemas de identidade visual dos séculos posteriores, e por esse motivos são resgatados. São sete orientações para os cortes de divisão de um escudo. Quando partido ao meio verticalmente era chamado de pala; se partido em três partes, terciado em faixa. Quando dividido na horizontal, era chamado de cortado, e quando o resultado eram três partes, de terciado em banda.

Continuando a nomenclatura, os cortes na diagonal eram chamados fendido, quando o corte descia da esquerda para direita, e talhado, quando ascendia. Quando dois cortes se

cruzavam na diagonal, resultando em 4 partes, era chamado de franchado. O gironado era resultante em oito partes ou mais partes por meio da divisão por diagonais, e assim por diante nominando cada resultado dessas divisões.

Ainda para a composição dos escudos poderiam ser atribuídos elementos gráficos, que os heraldistas denominam figuras ou também chamavam de mobília ou mobiliário. Essas figuras deveriam ocupar uma posição predefinida no campo do escudo conforme a sua repetição, que variava em número de um a doze. As figuras tinham um código rígido de desenho e eram classificadas de acordo com a sua representação, em figuras naturais ou artificiais.

As figuras

As **figuras naturais** representavam o sol, o fogo, a água, as estrelas, as ondas, as montanhas, os astros, os vegetais, os animais, estes subdividem-se em naturais como aves, mamíferos e peixes. As figuras naturais também compreendiam os animais fabulosos ou fantasiosos, como os unicórnios, os dragões, as águias de duas cabeças e os cavalos alados.

As **figuras artificiais** representavam elementos da arquitetura, guerra, torneios, música, religião, essa última gerou uma série de cruces oriundas de regiões geográficas distintas. Vários outros elementos, como as torres de castelos, pontes, âncoras, espadas entre muitas outras, cada figura simbolizava aspectos culturais daquela sociedade, e conferiam atributos simbólicos ao seu proprietário.

Outros elementos de composição são as peças honoráveis, que se dividiam em primeira e segunda ordem e seriam atribuídas em situações de mérito, conquistas, e demonstrações de bravuras ou por gratidão do soberano. Com a inclusão desses novos itens no sistema heráldico tornou-se uma ciência complexa; não era fácil distinguir o que era divisão, peças honoráveis, partições ou bordas.

Na sexta edição do trabalho de John Guillim, *A Display of Heraldrie*, impresso em Londres em 1724, o autor acrescentou novo conteúdo referente aos códigos de honra militar e civil, de acordo com os costumes já adotados na Inglaterra. Um novo sistema composto de nove partições diferentes foi concebido para as marcas de desonra. Os novos códigos introduzidos nos escudos podiam designar e apontar aquele que propôs um duelo e faltou, o acusado de debochar de atos militares, o efeminado, aquele que matou um prisioneiro rendido, o covarde perante seu oponente, o mentiroso e o que tem tendência para bebida e “mulherengo”, podiam ser os dois em um mesmo escudo, e por último o traidor.

Mas a grande contribuição da heráldica nos sistemas de marcas de identificação foi a introdução das cores como um dos códigos semânticos do sistemas e elas tinham a função de identificação e reconhecimento imediato. No sistema que compunha a identidade do cavaleiro, como o escudo, indumentárias, bandeiras e todos os acessórios sempre prevalecia uma ou duas cores. Os **sinais cromáticos** mostraram-se mais imediatos e eficazes nos campos de batalhas. As cores foram incorporadas de forma pragmática com uma função visual e simbólica para uma comunicação não verbal e, a partir desse momento, permaneceram presentes em todos os sistemas de marcas, nas bandeiras oficiais e em várias mídias que se seguiram.

Além do caráter funcional, **as cores foram introduzidas de maneira conceitual**; na composição dos escudos a cor era eleita pelo seu simbolismo e o seu conceito, por exemplo,

não se escolhia entre o escarlate ou o carmim, a cor adotada era o “vermelho”, um vermelho abstrato, o signo “vermelho”. Cada artesão dotaria a nuance que fosse mais conveniente e de acordo com os pigmentos e resinas à sua disposição. A cor era adotada também pelo seu caráter simbólico dentro daquela cultura e manteve-se em constante adaptação nos séculos seguintes. Durante a Idade Média, poderiam ser encontrados escudos sem figuras e sem peças de honra, mas não houve um só escudo que não adotasse uma cor como elemento identificador.

As cores – sua codificação no sistema heráldico

As cores na heráldica são chamadas de esmaltes. Na descrição e designação dos escudos, eram adotados como “nome” de metais, o ouro e a prata, fazendo referência ao material que o escudo era produzido. Provavelmente na confecção dos escudos esses nomes seriam equivalentes ao latão e respectivamente ao estanho ou ferro, uma vez que esses metais nobres são muito moles e não representariam muita segurança na confecção de um escudo.

As demais cores eram obtidas a partir da mistura de esmaltes produzidos com resinas e minérios à disposição dos artesãos. Outro fato importante em relação aos escudos é que, para cada uma das cores foi criado um padrão gráfico que a representava quando o escudo era esculpido sobre pedra ou madeira. Dessa forma o escudo poderia ser “lido” e reconhecido mesmo sem a presença das cores. A versão “traço” de cada uma das cores permitia também a composição de uma versão tridimensional quando fosse necessário esculpir o escudo. Comparado ao sistema de criação de marcas, era o equivalente a se projetar uma marca a cores, ter sua versão a traço e a sua versão emboçada.

Para a apresentação da classificação cromática a seguir, foram confrontadas as nomeações de vários teóricos sobre o tema. São identificados problemas nas traduções dos idiomas arcaicos para os atuais, e as cores tinham diversos usos e significados em diferentes territórios equivalentes hoje à França, ao Reino Unido e à Alemanha. Na essência, são dois metais, o ouro e a prata, representados graficamente pelo amarelo e o branco, e mais sete cores conceituais. As “peles” que se tratava de uma padronagem cromática são descritas na sequência (passim FERGUSON; FORRER; PASTOUREAU; SLATER; VALFREI e WENZLER).

1. Ouro/*Or/Gold* (metal) que nas edições ilustradas era representado pelo amarelo. Quando gravados ou esculpidos em superfícies, era representado por um campo com pontos alinhados, intercalados e equidistantes.
2. Prata/*Argent/Silver* (metal) que nas edições ilustradas era representada pelo branco. Nas superfícies era representada por um campo liso.
3. Vermelho/*Gueules/Gules/Rosso* (esmalte). Nas superfícies, era representado por linhas verticais equidistantes.
4. Azul/*Azurre* (esmalte). Era representado por linhas horizontais equidistantes.

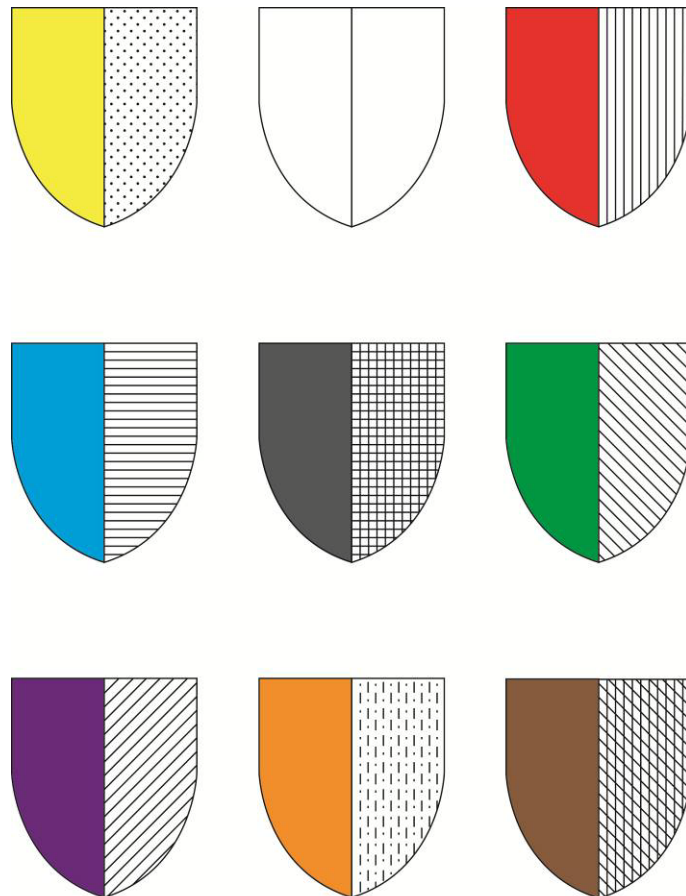
5. Preto/*Sabre/Noir* (esmalte). Nas superfícies, era representado por linhas horizontais e verticais cruzadas e equidistantes.

6. Verde/*Vert/Sinople* (esmalte). Nas superfícies, era representado por linhas diagonais voltadas à direita.

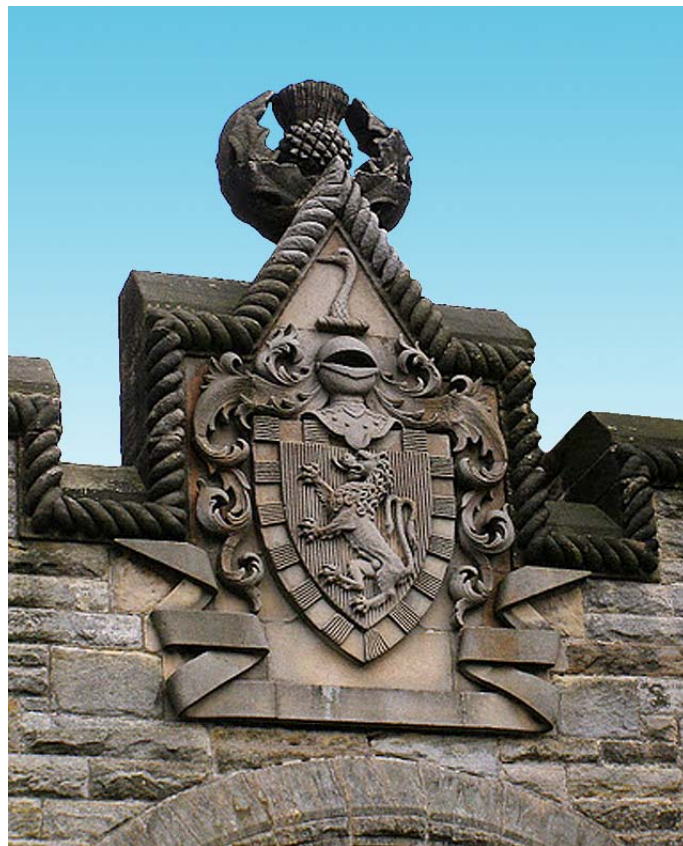
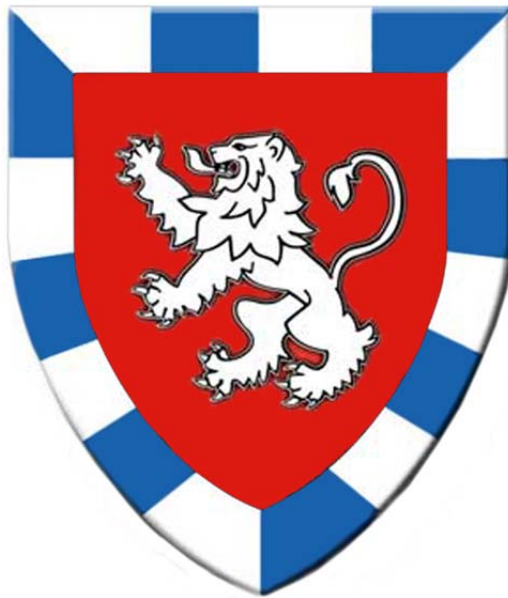
7. Púrpura/*Violeta* (esmalte). Nas superfícies era representado por linhas diagonais voltadas à esquerda.

8. Laranja/*Aurore/Soloil* (esmalte). Nas superfícies, era representada por linhas verticais segmentadas intercaladas com pontos. Alguns heraldistas apresentam um laranja mais claro e rosado e o nomeiam de carnação (cor de pele).

9. Marrom/*Tawny/Tanné* (esmalte). Para alguns heraldistas, significava mouro, moreno. É uma cor resultante da mistura do verde e do vermelho. As marcas de desonra geralmente são apresentas no laranja e no marrom. Nas superfícies, era representado por linhas diagonais voltadas à direita e cruzadas com linhas verticais equidistantes.



Cores conceituais usadas nos sistemas heráldicos, cada cor tinha seu equivalente gráfico para aplicações em superfícies em pedra ou materiais em relevo.

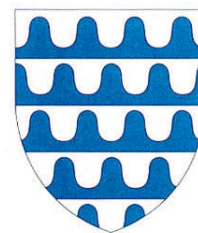
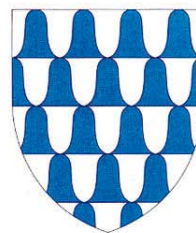
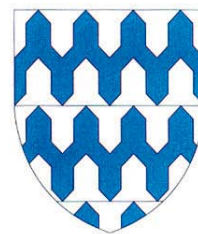
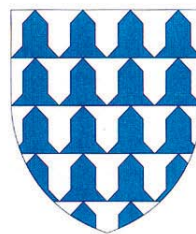
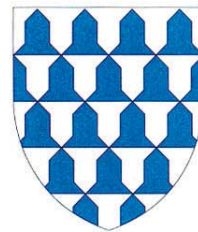
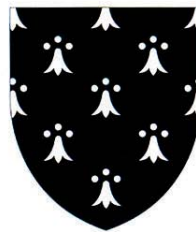


Escudo oficial do clã Wallace, e o Monumento em homenagem a William Wallace, herói que lutou contra a subjugação da Escócia à monarquia Britânica. Foi torturado e morto em 1305 na cidade de Stirling, Escócia. No monumento pode ser verificada a correspondência das cores do escudo com as ranhuras do relevo em pedra.

As peles no código cromático

Outra parte cromática e de padrões de composição refere-se às peles. As do Arminho e do Veeiro tinham o austero propósito de representar poder e soberania. Essas peles eram extraídas de mustelídeos e tornaram-se um símbolo de nobreza. As peles poderiam ser sobrepostas tanto a metais como poderiam ser apresentadas em composições, a partir de costuras de pedaços de pele, formando padrões diferentes. As peles eram representadas conforme as seguintes as configurações:

1. Arminho
2. Contra-arminho
3. Veeiro (Vair)
4. Contra-veiro
5. Veiro apontado
6. Campanário
7. Campanário (variação em 3 faixas)
8. Versão 5 antiga
9. Versão 6 antiga



O arminho branco é a pele de um mustelídeo e era usada principalmente nos mantos dos soberanos.

Os veeiros, a segunda das peles heráldicas, são uma representação ainda mais estilizada de mantos reais compostos de peles, particularmente extraídas de esquilos de pelagem azulada nas costas e branca no ventre, o que originou o particular desenho constituído por faixas horizontais compostas de pequenos pontos ou peças de azul, prata e invertidos.

Os pontos de cor têm a base para baixo, enquanto os pontos de metal têm a base para cima. O uso dessas peles nos escudos representavam os desenhos obtidos de costuras de diferentes pelagens brancas com as azuis acinzentadas dos animais, em indumentárias. O campo do escudo era geralmente composto de cinco faixas horizontais, formando desenhos no esmalte azul e no campo prata, exclusivamente.

As peles eram representações gráficas de suntuosos mantos imperiais, seu alto custo era devido à quantidade de animais que precisavam ser abatidos para a confecção de um traje. O uso dessas peles era um signo de poder.

Os escudos com representações de arminhos e veiros encontram-se em maior concentração na Normandia e na Bretanha nas cortes imperiais, até o final do século XVIII. Talvez a não continuidade restando apenas como uma padronagem, deva-se ao cruel extermínio dos animais ou por ser um signo exclusivamente atrelado ao poder monárquico.

A herança

Herdamos da heráldica uma noção de hierarquia de marcas que foi incorporada e ainda funciona na designação nas forças armadas. A heráldica influenciou os sistemas de Identidade Visual dos séculos posteriores, e a simbologia das formas dos escudos penetraram no universo das marcas corporativas além dos princípios de composição e do uso das cores. A síntese como código gráfico na designação de signos visuais (figuras) para uma amplitude de alcance da comunicação, tanto nos aspectos de legibilidade e distância quanto nos conceituais e simbólicos.

Porém, a maior contribuição foi a introdução da cor como signo de identidade e reconhecimento, que alterou a percepção das marcas de identificação para sempre. O que foi perdido a respeito dos brasões e escudo “é a possível leitura” de sua simbologia dentro da gramática heráldica medieval pela população leiga, mas inconscientemente os princípios de composição foram sendo transmitidos através dos escudos.

A contribuição em termos formais é síntese gráfica proposta em uma **estrutura celular** como solução para o design de marcas, que claramente hoje, enxergamos sua origem nesses escudos. Além dos fatores simbólicos em termos gráficos, o escudo (arma) cria uma relação de proteção para seus sinais mais importantes, que semanticamente foram transferidos para as marcas, a eficiência da síntese gráfica fez com que esses signos durassem séculos, e não dependeu da memorização das regras estabelecida pelos arautos. Seus desenhos são aplicáveis ainda hoje com a mesma eficiência, sobre os mais variados suportes e em qualquer técnica e interface de comunicação.

Para a construção de um símbolo, retoma-se a questão sobre a eficiência de uma estrutura celular na qual a forma contém o conjunto de signos. A concisão da forma e seu recorte “espacial” define os limites exteriores do desenho como supostamente, na execução física em

determinada matéria da qual será constituída, define seu corpo. A concisão da forma, ou a delimitação de uma forma, mostrou-se muito versátil e conseguem fazê-la permanecer inalterável, nas mais variadas possibilidades de aplicações, em um extenso projeto de Identidade Corporativa.



1

1. Escudo de Henrique II da Inglaterra, adotado no período de 1198-1340.



2

2. Marca oficial do Banco Itaú, estrutura celular e usada tridimensionalmente como um escudo.



3

3. Marca oficial da Volkswagen, em forma de escudo circular

A própria forma pode se tornar a identificação de aplicativos nas plataformas digitais, além de seu poder de conversão em volume tridimensional nas aplicações físicas. O escudo do passado corresponde ao principal signo visual das marcas atuais. As bandeiras, os banners e os estandartes penetraram no sistema de comunicação das marcas conferindo igualmente um papel sinalizador e um marco de posição tanto territorial como econômica.

As poses fazem parte da construção da identidade; como no passado os cavalos, as coberturas, os mantos e a indumentária correspondiam aos veículos da frota, stands e uniformes relativos à uma organização e principalmente, como a lógica e as estruturas formais e cromáticas desenvolvidas na heráldica medieval ainda são presentes em muitas marcas e continuam sendo empregadas na construção de um sistema de informação e memória.



Referências

BATTISTINI, Matilde. **Symboles et allégories**. Paris: Éditions Hazan, 2004.

CLARK, Hugh; WORMULL Thomas. **An introduction to heraldry**: containing the origin and use of arms; rules for blazoning and marshalling coat armours. London: H. Washbourne, 1854. Digitalizado pela Michigan University, 2007. Disponível em <<http://booksgoogle.com.br>>.

CONSOLO, Cecília . **MARCAS- A EXPANSÃO SIMBÓLICA DA IDENTIDADE**: origem da metodologia projetual das marcas corporativas e revisão dos métodos de implantação dos sistemas de uso. 224 p.:il.. Tese (Doutorado)- Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo. São Paulo: 20/04/2012

CROZIER, William Armstrong. **CROZIER'S GENERAL ARMORY**. New York: Fox, Duffield & Company, 1904.

D'ANJOU, René. **LE LIVRE DES TOURNOIS**. (do manuscrito francês catalogado na Bibliothèque Nationale sob o n° 2695) Paris: Éditions Herscher, 1986.

FOX-DAVIES, Arthur Charles. **HERALDRY**: a pictorial archive for artists & designers. New York: Dover Publications, 1991.

FRIAR, Stephen; FERGUSON, John. **BASIC HERALDRY**. New York: W. W. Norton & Company, 1993.

FRUTIGER, Adrian. **REFLEXIONES SOBRE SIGNOS Y CARACTERES**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

_____. **SINAIS E SÍMBOLOS**: desenho, projeto e significado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GENOUILLAC, H. Gourdon de. **GRAMMAIRE HÉRALDIQUE**, contenant la définition exacte de la science des armoiries. Paris: E. Dentu Éditeur, 1877.

GRANT, Francis J. **THE MANUAL OF HERALDRY**. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1948.

GRANDMAISON, Charles Loizeau de; CHÉRIN, Louis Nicolas Henri; MIGNE, Jacques-Paul. **DICTIONNAIRE HÉRALDIQUE**. In: v.13 da Encyclopédie théologique. J. P. Migne, 1852. Digitalizado por Univer. de Colúmbia, 2009. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>.

GUILIM, John. **A DISPLAY OF HERALDRY**. 6. ed, London: ?,1724. Transcrição da 1. ed. Disponível em: <<http://www.btinternet.com/paul.j.grant/guillim/>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

PASTOUREAU, Michel. **FIGURES DE L'HÉRALDIQUE**. Paris: Gallimard, 1996.

_____. **TRAITÉ D'HÉRALDIQUE**. 5.ed. Paris: Picard Éditeur, 2008.

_____. **LES COULEURS DE NOS SOUVENIRS**. Paris: Editions du Seuil, 2010.

RAPELLI, Paola. **SYMBOLES DU POUVOIR**. Paris: Éditions Hazan, 2005.

REMAURY, Bruno. **MARCAS Y RELATOS**: la marca frente al imaginario cultural contemporáneo. Barcelona: Ediciones G. Gili, 2004.

SLATER, Stephen. **THE COMPLETE BOOK OF HERALDRY**: an international history of heraldry and its contemporary uses. 13. ed. London: Hermes House, 2003.

_____. **THE HISTORY AND MEANING OF HERALDRY**: an illustrated reference to classic symbols and their relevance. London: Anness Publishing, 2004.

_____. ZNAMIEROWSKI, Alfred. **FLAGS AND HERALDRY**. London: Lorenz Book, 2007.

THE MANUAL OF HERALDRY: a concise description of the several terms used, and containing a dictionary of every designation in the science. Edinburgh: Booksellers, 1948.

VALFREI, Lorenzo Caratti di. **ARALDICA**. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1996.

VEYRIN-FORRER, Théodore. **PRÉCIS D'HÉRALDIQUE**. 2.ed. Paris: Edition Larousse, 2000.

WENZLER, Claude. **LE GUIDE DE L'HÉRALDIQUE** – histoire, analyse et lecture des blasons. Rennes: Editions Ouest-France, 2002.